7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): “Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global”

Área Temática: Economia Política Internacional

Autora: Laura Schneider de Lima
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG)

MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: o papel do BRICS no atual sistema agroalimentar internacional

Porto Alegre
2024

Resumo: O presente artigo busca investigar o papel do BRICS no novo reordenamento agroalimentar internacional, sendo este último o objeto de estudo, tendo como base uma visão crítica das Relações Internacionais. A partir do entendimento de que mudanças no sistema agroalimentar sob a égide do capitalismo possuem, desde o início do século XXI, consequências que vão além do espectro da economia política internacional – impactando as diversas dimensões das relações sociais como um todo, o que destacam sua relevância de forma mais ampla – se levanta a seguinte pergunta: Como se dá o papel BRICS no novo sistema agroalimentar internacional entre os anos 2009 e 2024? A partir de tal questionamento é levantada a hipótese de que o BRICS possui um papel transformador no atual sistema, e que mesmo com a heterogeneidade do agrupamento, bem como suas divergências estratégicas no setor agroalimentar, os países membros do BRICS o alteram significativamente, ao mesmo tempo que mantém a estrutura de poder até então estabelecida. O papel do bloco, portanto, não é livre de contradições, uma vez que a hipótese entende a atuação do BRICS de forma a manutenir a acumulação de capital existente, principalmente por meio de grandes corporações transnacionais do setor agroalimentar. Por essa razão, o reordenamento não é entendido necessariamente como alternativa àquele vigente, dominado principalmente por grandes empresas estadunidenses e europeias. A partir do conjecturado no presente trabalho, o novo sistema agroalimentar que se apresenta carrega consigo estas contradições típicas do sistema capitalista que, mesmo a partir de uma lógica de cooperação Sul-Sul – como a defendida por países do BRICS – fortalece e retroalimenta a disputa de poder internacional. Para que a hipótese apresentada seja colocada em prova, a pesquisa analisa o impacto da participação dos países do BRICS no atual sistema agroalimentar internacional nos últimos 15 anos, entre 2009 e 2024, a fim de averiguar a transformação da ordem estabelecida a partir de uma noção neogramsciana. Para isso, são apresentadas as principais características do chamado novo sistema agroalimentar internacional, se beneficiando das contribuições de Friedmann e McMichael (1989), Escher (2020); Wilkinson e Goodman (2017), para que seja possível uma caracterização geral do atual sistema e de seus principais atores. Por conseguinte, é feita uma discussão sobre o posicionamento de cada um dos países membros do BRICS no sistema agroalimentar internacional, a fim de compreender suas principais ações e estratégias sobre o tema. Por fim, é problematizado a estratégia do bloco no que tange o sistema agroalimentar internacional e o processo de transição hegemônica. O presente trabalho se apresenta como estudo de caso exploratório de n-pequeno aliado ao *process tracing* de explicação analítica, se beneficiando de análises qualitativas de documentos e dados de produção e comércio de cada um dos países, de acordo com os mecanismos causais estabelecidos. Tais mecanismos, elaborados a partir de uma revisão de literatura sobre o tema, são: (a) processo de transição agrária; (b) acumulação de capital no setor agroalimentar; (c) transição nutricional; e (d) políticas públicas para o setor

agroalimentar. Além da análise qualitativa, são utilizados também ferramentas quantitativas como a estatística descritiva. Como resultados parciais obtidos até então, observa-se o papel central da China – relevante país membro do BRICS – no atual sistema agroalimentar internacional. Apesar de não ser identificado uma alteração significativa na estrutura de tal sistema, a China tem desafiado a ordem hegemônica estabelecida, crescendo sua participação no que tange a produção, distribuição e consumo agroalimentar. Exemplo disso pode ser visto na expansão das atribuições e da presença internacional da COFCO, empresa estatal chinesa criada no período pós revolucionário, em 1949. Hoje sendo a principal processadora, fabricante e comerciante de alimentos na China, a COFCO está presente em 37 países e atingiu, em 2021, receitas de 41 bilhões de dólares, configurando como uma das principais empresas do setor internacionalmente (COFCO International, 2021). Além disso, a demanda interna chinesa pode ser entendida hoje como uma das principais forças do objeto aqui estudado, tendo em vista sua dimensão numérica. A carnificação das dietas na China é um elemento importante para a análise das transformações parciais do sistema agroalimentar internacional, considerando a sua conexão, por exemplo, com a importação chinesa de soja – principal produto para elaboração de rações animais no país. Tal carnificação, percebida por meio do aumento per capita do consumo de carnes, levou a população chinesa de um consumo de 16 kg por pessoa em 1990 para 49 kg em 2018 (Wesz Jr., Escher, Fares, 2023), o que aproxima o país ao padrão alimentar tradicionalmente vinculado à países desenvolvidos (Huang, 2011). Além disso, a alta demanda chinesa por carne, e consequentemente por soja, altera o posicionamento do país em relação aos principais Estados agroexportadores, sendo alguns deles também membros do BRICS (como o Brasil e Rússia). Novas relações político-econômicas são estabelecidas visando sanar a demanda do país, e modelos de cooperação diferentes daqueles praticados tradicionalmente pelos países Ocidentais surgem no setor agroalimentar. Deste modo, é possível concluir que a China reconstrói relações no setor agroalimentar, outrora dominada pela Europa e Estados Unidos, implementando noções ligadas à Cooperação Sul-Sul, o que pode representar uma alteração significativa neste setor a partir da China e, possivelmente, a partir do BRICS. Resultados mais completos sobre o papel do bloco no atual setor agroalimentar internacional dependerão ainda de análises aprofundadas sobre os demais países membros.

Palavras-chave: BRICS; sistema agroalimentar; hegemonia.

1 INTRODUÇÃO

Discussões acerca do sistema agroalimentar possuem uma forte base em estudos rurais e agroalimentares, não fazendo, historicamente, parte dos debates tradicionais conectados com o campo das Relações Internacionais. Apesar disso, a partir da globalização mais acentuada observada em meados dos anos 1980, tornou-se impossível não transbordar o tema agroalimentar para o debate internacional. Com grande influência do comércio entre Estados, bem como com o estabelecimento de parcerias e institucionalização de pautas alimentares, o setor agroalimentar tem adentrado a academia das RI de forma mais notável nos últimos anos. Para além de sua função natural, que destaca a relevância dos produtos alimentares dada a necessidade fisiológica de sustento nutricional, este setor chama atenção também para sua importância econômica e política. Em relação a este primeiro ponto, os produtos agrícolas movimentaram mundialmente mais de 1,5 trilhão de dólares em importações e 1,4 trilhão de dólares em exportações no ano de 2022 (WTO, 2024). Neste mesmo ano, a produção total dos países do BRICS no setor agropecuário somou 3,3 trilhões de dólares, representando 48,17% da produção mundial (FAO, 2024).

O bloco se posiciona, neste sentido, como um importante ator para o setor agroalimentar internacional contemporâneo, e o estudo de seu posicionamento na atual ordem auxiliam na compreensão dos processos de transformação de tal ordem. Neste sentido, o presente texto se apresenta como um *working paper* da pesquisa “Alimentando um mundo em transformação: o papel do BRICS no atual sistema agroalimentar internacional”, que tem como objetivo investigar o papel do bloco no novo reordenamento agroalimentar internacional, tendo como base uma visão crítica das Relações Internacionais. Dessa forma, o atual estudo apresentará os resultados parciais encontrados para os casos de China e Brasil, importantes produtores e comercializadores de bens alimentares contemporaneamente.

A pesquisa se apresenta como estudo de caso exploratório de n-pequeno aliado ao *process tracing* de explicação analítica, se beneficiando de análises qualitativas de documentos e dados de produção e comércio de cada um dos países, de acordo com os mecanismos causais estabelecidos. Tais mecanismos, elaborados a partir de uma revisão de literatura sobre o tema, são: (a) processo de transição agrária; (b) acumulação de capital no setor agroalimentar; (c) transição nutricional; e (d) políticas públicas para o setor agroalimentar. Além da análise qualitativa, são utilizados também ferramentas quantitativas como a estatística descritiva.

2 A ECONOMIA POLÍTICA NEOGRAMSCIANA: a questão da hegemonia e intersubjetividade

Diferenciando-se das teorias de resolução de problemas, as Teorias Críticas das Relações Internacionais são demarcadas a partir do célebre texto de Robert Cox, onde o autor chama atenção para o problema da neutralidade teórica, resumida em sua máxima de que "teoria é sempre para alguém e para algum propósito" (Cox, 1981, p. 128, tradução nossa[1]). Neste sentido, o uso desse tipo de abordagem favorece aqueles estudos preocupados com as transformações das ordens, considerando-as sempre construídas e portanto, passíveis de mudança. Assim as Teorias Críticas destacam o caráter eminentemente político de toda teoria, desde suas raízes, reprodução e efeito; possibilitando, desta forma, reconhecer as consequências de uma teoria e seu potencial transformador, afinal, estas estão intrinsecamente ligadas à realidade e são, por isso, "implicadas na esfera da ação prática" (Nunes, 2012, p. 18).

Dentre as principais abordagens das Teorias Críticas, destaca-se a perspectiva neogramsciana trazida ainda nos anos 1980 por Robert Cox. A partir dessa construção teórica, Cox destaca que, em toda ordem há uma relação dialética entre estrutura e superestrutura, símbolo do materialismo histórico presente em sua obra. Nesta relação é possível citar três categorias de forças recíprocas entre si que se retroalimentam, que, inspiradas na obra original de Gramsci, foram estabelecidas por Cox como: ideias, capacidades materiais e instituições. As **ideias** são entendidas como significados intersubjetivos e imagens coletivas da ordem mundial, noções sociais que ditam expectativas de comportamento e hábitos em sociedade; as **capacidades materiais** representam os recursos acumulados e a riqueza que permite tal acumulação; e por fim, as **instituições** são a junção das duas forças anteriores, que auxiliam na estabilização de uma determinada ordem e podem ganhar força própria de legitimação de relações de poderes (Cox, 1981; Morton, 2007). Essas forças obedecem à um equilíbrio existente entre subjetividade e objetividade e, assim, fazem com que a economia e a realidade material sejam determinadas e determinantes para uma ordem específica (Cox, 1981; Ramos, 2012).

Nesse sentido, o conceito de bloco histórico – o momento em que as três forças se alinham politicamente – captura a dimensão dessa relação entre o plano material e ideacional e está ele mesmo relacionado com a formação de uma hegemonia (Morton, 2007). Portanto, parte fundamental para a visão neogramsciana de ordem é a incorporação de elementos intersubjetivos na construção da hegemonia. Assim, este conceito pode ser entendido como a transformação de interesses específicos em interesses gerais, um processo constantemente articulado pelas classes dominantes de determinada ordem, que avança para fora das

[1] *Theory is always for someone and for some purpose.*

fronteiras nacionais (Morton, 2007; Ramos, 2012). Robert Cox desenvolve esta classificação ao determinar que a estabilidade das ordens mundiais pode ser explicada a partir do conceito de hegemonia, já que este é

> baseado numa conjunção coerente ou encaixe entre uma configuração do poder material, a imagem coletiva predominante da ordem mundial (incluindo certas normas) e um conjunto de instituições que administram a ordem com uma certa aparência de universalidade (Cox, 1981, p. 139, tradução nossa[2]).

Este entendimento incorpora, como mencionado, elementos de intersubjetividade que vão além da ideia convencional das teorias de Relações Internacionais sobre dominação hegemônica. Ao destacar a importância de noções compartilhadas sobre relações sociais no processo hegemônico – com a inclusão de instituições e ideias (e capacidade materiais) ao esquema de estrutura histórica – estes autores não apenas colaboram para um entendimento mais profundo sobre a ordem internacional, mas também auxiliam na reflexão sobre formas alternativas que podem surgir (Morton, 2007).

Neste mesmo sentido, Cox (1989) foge de uma lógica puramente economicista ao considerar a amplitude do setor produtivo de uma determinada ordem. De acordo com o autor, os padrões de produção servem como marco inicial para análise de uma hegemonia, mas não a resumem apenas do ponto de vista material. Isso porque a produção é entendida em um sentido mais amplo, "não é resumida à produção de bens físicos utilizados ou consumidos. Ela cobre a produção e reprodução de conhecimento e das relações sociais, morais e institucionais que são pré-requisitos da produção de bens físicos" (Cox, 1989, p. 39, tradução nossa[3]). O entendimento a respeito de um bloco histórico passa, portanto, por uma maior compreensão sobre as instituições e ideais que o compõem. Dessa forma, é possível pensar o debate sobre o sistema agroalimentar internacional a partir de uma visão holística neogramsciana da economia internacional, com a incorporação de elementos políticos e sociais ao tema.

Destarte, para além de uma avaliação a respeito do domínio material do setor agroalimentar internacional – que se faz igualmente relevante para a pesquisa aqui apresentada – é possível refletir sobre ideias e instituições que colaboram para o estabelecimento da atual ordem neste setor. De acordo com Rose e Lourival (2019), o bloco formado por grandes empresas agroalimentares transnacionais – predominantemente dos Estados Unidos e Europa – representa o cerne da hegemonia contemporânea agroalimentar.

---

[2] *Based on a coherent conjunction or fit between a configuration of material power, the prevalent collective image of world order (including certain norms) and a set of institutions which administer the order with a certain semblance of universality.*

[3] *It is not confined to the production of physical goods used or consumed. It covers the production and reproduction of knowledge and of the social relations, morals and institutions that are prerequisites to the production of physical goods.*

Os autores destacam o regime político econômico de acumulação de capital criado por essas empresas, que possuem respaldo em governos nacionais e instituições financeiras internacionais. Além disso, são levantadas algumas premissas, tidas como “senso comum”, que colaboram para o estabelecimento hegemônico de tal ordem, tais como: comida é barata, abundante, deve ser comercializada como qualquer outro produto e que saúde e integridade alimentar são questões colocadas abaixo dos lucros das corporações agroalimentares transnacionais (Rose, Lourival, 2019, p. 115).

McMichael (2009) adiciona ainda a sobreposição de eficiência à ecologia e o consumo de proteína animal como falácias do sistema agroalimentar. A crença generalizada nestas premissas pode ser entendida como parte do que fortalece, de acordo com o pensamento neogramsciano, a sustentação do poder hegemônico estabelecido. Dito de outra forma, a crise na hegemonia surge somente quando irrompe o questionamento de tais questões, o que abre o caminho também para transformações da estrutura. Alguns destes questionamentos começam a surgir ainda ao final dos anos 1990 e são, de acordo com Rose e Lourival (2019), representados pelo movimento global de soberania alimentar após a crise da década de 1980, bem como a busca por alimentação mais saudável e de menor impacto ambiental.

Visando uma melhor compreensão a respeito do atual sistema agroalimentar serão agora apresentados os debates em torno deste conceito. Fazendo parte de um setor de suma importância para o desenvolvimento humano, o sistema agroalimentar incorpora elementos que vão além da produção e comercialização de seus produtos finais – *commodities* – e interferem também nas relações sociais e políticas ligadas ao setor. Por essa razão, é necessário discorrer de forma mais profunda o que é o sistema agroalimentar e quais são os principais pressupostos que formam este conceito contemporaneamente.

3 RAÍZES TEÓRICAS: PERSPECTIVAS SOBRE O SISTEMA AGROALIMENTAR INTERNACIONAL

Ao iniciar a discussão acerca do “sistema agroalimentar internacional”, faz-se necessário definir o que significa este termo e qual é sua peculiaridade enquanto aporte teórico. De acordo com Escher e Wilkinson (2019, p. 659), o sistema agroalimentar

> [...] faz referência a um conjunto de atores e instituições, tecnologias e processos envolvidos na produção, circulação e consumo agroalimentar de uma economia, abrangendo os distintos elos e nós das suas cadeias e redes de mercadorias, desde o produtor primário até o consumidor final. Isso passa pelas indústrias de insumos e máquinas, o transporte, a agroindústria processadora, o comércio atacadista e varejista, os mercados local, doméstico e externo, o estado e suas políticas públicas, e as interrelações entre estes diversos componentes.

Desta forma, o termo sistema agroalimentar incorpora aspectos que vão além do produtivo e busca compreender a forma e os impactos das relações entre os atores supracitados. Além disso, a contemplação de elementos econômicos, sociais e políticos de maneira conjunta colaboram para um melhor entendimento da dinâmica capitalista como um todo. O termo agroalimentar, utilizado de forma ampla pela literatura, representa, portanto, não apenas o debate em relação à **produção**, mas também ao **consumo** e **circulação** de bens primários/agropecuários (Wilkinson; Goodman, 2017). Dentre as abordagens sobre o tema, destaca-se como seminal o trabalho realizado por Friedmann e McMichael (1989), trazendo a importante noção de "regime alimentar" para o debate.

O conceito de regimes alimentares tem como elemento fundamental a incorporação da política e da economia, que visa compreender a relação entre agricultura e alimentação dentro da lógica capitalista. Entendida também como um "momento de internacionalização" desse debate, tem como inspiração os pressupostos das chamadas Teorias de Sistemas Mundo. O trabalho realizado por McMichael e Friedmann joga luz sobre os conflitos de poder no setor agroalimentar, apresentando a relação entre disputas hegemônicas e o modelo de ordenamento do sistema produtivo, de circulação e de consumo (Escher; Wilkinson, 2019). Sendo assim, "uma definição clássica de regime alimentar inclui constelações de relações de classe, especialização geográfica e poder interestatal, que vinculam 'relações internacionais de produção e consumo de alimentos' a 'períodos de acumulação capitalista'" (Friedmann, 2009, p. 235, tradução nossa[4]).

A lógica de períodos de acumulação capitalista, correspondente à perspectiva de sistemas-mundo, considera o início do capitalismo a partir da expansão colonial no século XV. Dentro desta visão, os regimes alimentares se relacionam diretamente com os ciclos hegemônicos internacionais e os períodos de transformação capitalista. Autores desta vertente periodizam, portanto, três regimes alimentares ao longo da história, sendo o terceiro ainda em curso e sem consenso geral sobre suas características. De forma resumida, o primeiro regime tem como potência hegemônica a Grã-Bretanha e a produção artesanal/familiar eram seu principal foco. Neste primeiro momento, o sistema agroalimentar é caracterizado simultaneamente pelo ápice do colonialismo e pela ascensão do sistema de Estados-nação, e dura de 1870 a 1914. O segundo regime alimentar, por sua vez, tem como potência hegemônica os Estados Unidos e a produção do tipo química e mecânica ganham força, transformando alimentos em produtos processados. É caracterizado pela integração de antigas colônias ao sistema e pela reestruturação transnacional do capital agroalimentar,

---

[4] *The 'classical' definition of food regimes includes constellations of class relations, geographical specialization, and inter-state power (Friedmann 1993). Friedmann and McMichael (1989, p. 95) linked 'international relations of food production and consumption' to 'periods of capitalist accumulation.'*

contemplando os anos de 1943 até 1973/1985 (Friedmann; McMichael, 1989; Escher; Wilkinson, 2019).

A respeito do terceiro regime, este é construído a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, e tem como característica fundamental a corporativização do sistema e a ascensão da China no cenário internacional. Apesar de não situar a potência chinesa como hegemonia do atual ciclo, a participação da China altera de forma definitiva o ordenamento agroalimentar contemporâneo. De acordo com Escher (2020), este novo regime é pautado pela criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Acordo sobre Agricultura (AoA). Sob uma lógica neoliberal, tais acontecimentos colaboram para a liberalização dos mercados e para a financeirização do setor. Corporações transnacionais passam a ser, portanto, atores fundamentais nesta lógica, passando a integrar não apenas a produção agrícola, mas também a distribuição, aplicação de tecnologias, investimento externo direto em terras e fusões em países emergentes. O papel de grandes centros capitalistas e países ricos em produção agroalimentar, se evidencia neste contexto.

4 ALIMENTANDO UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: O BRICS E A HEGEMONIA ALIMENTAR

O termo BRICS surge pela primeira vez no início dos anos 2000 como acrônimo criado no mercado financeiro, utilizado para representar um conjunto de economias emergentes com grande potencial para investimento, sendo elas: Brasil, Rússia, Índia e China. Apesar de sua origem no setor financeiro, o BRICS se tornou um bloco institucionalizado, com atuação que perpassa o âmbito econômico. O entendimento das condições de tal institucionalização, bem como do processo de expansão do agrupamento – com a inclusão da África do Sul em 2011 e do recente movimento de BRICS+ em 2023 – permite uma análise mais profunda do papel do bloco na atual ordem internacional. De forma geral, as crises que se somaram ao final dos anos 1990 trouxeram para o debate internacional a necessidade de revisão sobre a governança global. A participação dos países denominados emergentes nas discussões sobre o rumo da economia mundial se tornou, deste modo, cada vez mais necessária (Chin, 2015; Ramos et al., 2018).

Para além de um resgate mais profundo sobre o processo de institucionalização do BRICS – como feito de maneira mais detalhada por Ramos et al (2018) – importa reforçar o papel reformista do bloco para o sistema internacional de forma mais ampla. Originado pelo desejo de construir uma ordem mais multipolar, ainda que sem representar uma ruptura sistêmica de fato, o estudo do BRICS colabora para a compreensão de como se dá tal reordenamento (Abdenur; Folly, 2015). Inserido na terceira fase de pesquisas sobre o BRICS, conforme categorizado por Chin (2015), o presente estudo faz parte de um esforço para

compreender se os países emergentes estão de fato remodelando a ordem internacional ao mesmo tempo que se beneficiam de normas já estabelecidas, além de colaborar para a construção de conhecimento "pós ocidental"[5] sobre o tema.

Tratando-se de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, serão discutidos a seguir os principais resultados encontrados para Brasil e China, dois importantes países agroprodutores do atual sistema internacional e membros do BRICS desde sua criação, com base nos mecanismos causais aqui propostos, a citar: (a) processo de transição agrária; (b) acumulação de capital no setor agroalimentar; (c) transição nutricional; e (d) políticas públicas para o setor agroalimentar.

4.1 O atual sistema agroalimentar internacional: indícios de mudanças dos polos de poder

Conforme discutido, a ascensão da China é entendida como um dos principais movimentos transformadores do atual sistema internacional, seja ele no setor político, econômico ou agroalimentar. Em relação a este último, o gigante asiático toma, a partir do novo milênio, o lugar outrora pertencente à Europa e Japão como grandes centros de demanda por alimentos, movimento ocasionado, principalmente, pelo aumento significativo de sua população e intensificação do processo de urbanização. Em dez anos as importações chinesas passaram de 5 e 10 milhões de toneladas no início dos anos 2000 para 60 milhões de toneladas em 2010, representando um forte impacto no mercado internacional de alimentos (Wilkinson, 2023). Ao tratar somente da importação de soja – essencial para rações de suínos, por exemplo – a China passou de 0,3 milhões de toneladas em 1995 para 95 milhões de toneladas em 2017 (McMichael, 2019).

O aumento da demanda de soja pelo gigante asiático fez com que fosse estabelecido o complexo soja-carne Brasil-China. Conforme amplamente discutido por Escher e Wilkinson (2019), este complexo se constitui a partir da carnificação das dietas na China e significativo crescimento de sua classe média. A transição nutricional observada, ou seja, a alteração dos padrões de consumo alimentar da população chinesa, gerou um aumento na demanda de carnes (e produtos de origem animal), que passaram a compor 3/10 das dietas de sua população (Huang, 2011). O aumento do consumo e da produção pecuária da China implicou, por sua vez, no aumento da necessidade de soja, principal produto para produção de rações animais (Escher, 2020). Não sendo capazes de responder a demanda domesticamente, a

[5] De acordo com o autor, a terceira fase de pesquisa sobre o BRICS supera a antiga discussão sobre países emergentes estarem a favor ou contra do *status quo* (mais ou menos revisionistas) e fortalece a construção de conhecimento próprio dos países do Sul Global. A exemplo disso, cita o crescente interesse dos círculos acadêmicos de cada um dos Estados membros sobre o tema, que pode ser representado pela a criação de centros de pesquisa como o BRICS Policy Center (PUC Rio) no Brasil e o South African Institute of International Affairs na África do Sul (Chin, 2015)

China estabeleceu relações com países agro-exportadores como o Brasil, criando uma relação de dependência mútua entre os países, onde o grão brasileiro passa a ser fundamental para o desenvolvimento da indústria pecuária chinesa (Escher, Wilkinson, 2019).

Para além da carnificação das dietas e do estabelecimento do complexo soja-carne a nível internacional, outra tendência do atual sistema agroalimentar merece ser destacada. De início, é chamado atenção para o aumento do impacto dos movimentos sociais neste sistema, que organizados na sociedade civil buscam cada vez mais alternativas alimentares saudáveis e de alta qualidade. Conforme estabelecido por Escher (2020), apesar deste momento histórico ser caracterizado pela força das grandes corporações do agronegócio, esses "movimentos contendores" advogam a favor de uma reconexão entre agricultura, sociedade e natureza. Incentivados também pela alta dos preços dos alimentos, conforme discutido por McMichael (2009), esses movimentos organizados são engajados politicamente, e denunciam os impactos da produção extensiva para a saúde (pelo uso indiscriminado de agrotóxicos) e para o meio ambiente (tendo em vista os prejuízos ambientais e climáticos observados). O impacto da sociedade civil neste caso, considerada uma força "contra-hegemônica" do atual sistema, pode ser percebida através do aumento de números de feiras orgânicas, hortas comunitárias e alimentos com selos de qualidade, bem como a defesa de pautas como segurança alimentar, reforma agrária e práticas agroecológicas (Rose; Lourival, 2019; Escher, 2020).

4.2 O celeiro do mundo: trajetória brasileira no sistema agroalimentar internacional

Partindo dos mecanismos causais estabelecidos, buscou-se compreender de que forma o Brasil se posiciona no atual sistema agroalimentar internacional, a fim de compreender, posteriormente, o papel do BRICS nesta ordem enquanto bloco. Em relação ao processo de transição agrária brasileira, nota-se que essa se deu de cima para baixo, ocorrida durante o período da Ditadura Militar no país. Chamada de "Modernização Conservadora da Agricultura", as transformações pensadas pelos militares tinham como principal objetivo a integração entre indústria e agricultura; a diversificação das exportações; e o aumento do total exportado. Para isso, uma série de incentivos fiscais foram fornecidos aos produtores agroalimentares, mas que, feito de maneira desigual – geográfica e socialmente – colaborou para a concentração de renda no campo (Delgado, 2012; Goodman; Sorj; Wilkinson, 1985).

Ainda nos anos do regime militar brasileiro, percebeu-se uma sobrevalorização do latifúndio, que foi ressignificado de um modelo praticamente feudal de produção à uma "grande e moderna empresa agrícola". Mecanismos de financiamento e incentivo à produção e exportação foram, portanto, criados especificamente para este modelo produtivo, onde o crédito rural passava a ser fornecido de acordo com o tamanho das propriedades (Delgado,

2012; Goodman; Sorj; Wilkinson, 1985). Após a redemocratização, ao mesmo tempo em que novos modelos produtivos foram reconhecidos – como a agricultura familiar para consumo doméstico – o latifúndio passou a integrar a maior parte da produção brasileira focada para a exportação. Entre 2006 e 2017[6] houve uma diminuição de 102,3 mil estabelecimentos agropecuários no país ao mesmo tempo em que cresceram em 17,6 milhões os hectares da área total produzida. As propriedades rurais com mil hectares ou mais cresceram também em 3.625 unidades, representando em 2017 quase metade do total no país, atingindo 47,6% da área total. Sobre a especialização com foco na exportação, percebe-se um destacado crescimento da produção de soja, que se consagrou como produto agrícola mais produzido ao apresentar um aumento de 123% no total plantado e de 72% na área colhida em relação ao último censo (103 milhões de toneladas em 31 milhões de hectares) (IBGE, 2019). A criação de uma economia política do agronegócio no Brasil foi também fortalecida pela ascensão da "classe rural" na política brasileira, representada pela bancada ruralista no Congresso Nacional – ou a Frente Parlamentar Agropecuária – de caráter conservador e crescentemente ideológico (Delgado, 2012; Escher, 2020).

Outro ponto fundamental para a acumulação de capital no setor agroalimentar brasileiro é a participação de multinacionais na produção brasileira. Somente no mercado de soja, grupos brasileiros detinham somente 8,7% da quota de mercado de sementes; 19,2% de fertilizantes; 5,8% de agrotóxicos; 0,2% de maquinário; 16,1% da agroindústria. Custo de terra e mão de obra representavam o maior valor relativo, sendo de 93,4% e 100% do total de participação. Sendo o principal produto exportado atualmente – que em 2023 somou um total de 53,2 bilhões de dólares, que apenas para China totalizou 38,9 bilhões de dólares, ou seja, 73,1% do total exportado (Brasil, 2024) – a cadeia da soja no Brasil é controlada, em sua maioria, por empresas estrangeiras. Entre 2015 e 2020, a participação internacional no controle da comercialização da soja brasileira passou de 69,3% para 83,9% do total comercializado (Medina, 2021).

No que tange a um panorama geral sobre o consumo alimentar no Brasil, destaca-se que o custo de uma dieta saudável no país custava, em 2017, 2,8 dólares por pessoa por dia. Já em 2021, este valor subiu para 3,3 dólares por pessoa por dia, um crescimento de quase 18% em 4 anos. Consequentemente, 22,4% do total da população brasileira era considerado incapaz de comprar alimentos para uma dieta saudável em 2021, representando cerca de 48 milhões de pessoas (FAO, 2023). Apesar disso, no que diz respeito à transição nutricional, o Brasil é considerado um país com estabilidade nos padrões de consumo alimentar. Ainda que com a ascensão de uma nova classe média desde o início do século XXI e as diferentes influências regionais, a dieta brasileira segue um padrão tradicionalmente estabelecido de

[6] Anos de lançamento dos últimos Censos Agropecuários disponível até a data desta pesquisa.

arroz, feijão e carne. Outro elemento interessante no caso brasileiro é a distinção da população de uma alimentação saudável, tendo como hábito a compra de produtos *in natura* para o preparo doméstico e, caso a alimentação ocorra fora do domicílio, prevalece a lógica de buffet com reproduções de alimentos caseiros e variações de tradições regionais (IBGE, 2020; Escher, 2020).

A respeito das políticas para o setor, percebe-se um movimento ambíguo por parte do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo em que foram estabelecidas políticas focadas para a segurança alimentar e abastecimento nacional – como o programa Fome Zero, em 2003; o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2006; e a definição dos Planos e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em 2010 – foi observado também o fortalecimento de alianças políticas no setor agroalimentar pensadas para o avanço da produção em massa para exportação e a "conciliação de classes". Conforme debatido anteriormente, a criação de uma economia política do agronegócio no Brasil se relaciona também com a manutenção da relação de proximidade entre o Estado e o setor produtivo privado. Assim, com a ascensão de uma classe política forte e com o foco para a produção de *commodities*, o pacto com o agronegócio é entendido como principal característica política do Brasil neste setor, sendo ele mesmo também gerador de contradições para as políticas alimentares defendidas, já que sua expansão reduz a produção de alimentos para abastecimento interno; aumenta índices de uso de agrotóxico, desmatamento e poluição; e aumenta o número de conflitos socioambientais no país (Grisa; Porto, 2023; Delgado, 2012).

Por fim, ao analisar o papel brasileiro no atual sistema agroalimentar, com base nos mecanismos estabelecidos, considera-se que o Brasil, ainda que com crescente relevância para o setor desde o início dos anos 2000, segue se inserindo internacionalmente de forma dependente, como um *norm-taker* da ordem agroalimentar estabelecida. Mesmo com alteração na sua capacidade material – com aumento de total exportado e crescente produção de *commodities* demandadas internacionalmente – a atuação brasileira reforça as premissas ideacionais do regime alimentar anterior: vende-se alimentos baratos e em grande quantidade. No que tange sua capacidade de transformação institucional do atual regime, essa está limitada, ainda, à aspectos subjetivos da atual ordem. Mesmo com vitórias significativas em disputas contra hegemonias tradicionais do setor, como Estados Unidos e União Europeia, no âmbito da OMC, o Brasil não atuou efetivamente na criação de novas instituições internacionais para o setor agroalimentar (Hopewell, 2013).

4.3 A gigante demanda asiática: o papel da China no sistema agroalimentar internacional

Conforme discutido, a ascensão da China como uma potência global a partir de 2001 é um dos fenômenos mais significativos da economia mundial contemporânea. Com sua gigantesca população, a demanda chinesa por alimentos tem transformado consideravelmente o sistema agroalimentar internacional. Somente em 2022, a China importou cerca de 235,7 bilhões de dólares em produtos alimentares (China, 2023). Historicamente formada por uma grande população camponesa, a transição agrária permitiu a resposta à essa demanda crescente, bem como a implementação de modelos capitalistas de produção no setor agroalimentar chinês. As reformas de Deng Xiaoping, ainda nos anos 1980, fizeram com que as terras fossem descoletivizadas e a produtividade e complexificação da produção fosse possível – como é observado com a ascensão das chamadas empresas de vilas e aldeias (TVE, na sigla em inglês) (Escher; 2020; 2022).

A modernização e corporativização da produção, aliado ao modelo político e cultural da China, permitiram com que a estrutura agroalimentar do país passasse a ser composta por três principais oligopólios produtivos: (a) empresas estatais centrais, (b) fazendas estatais, (c) *dragonhead enterprises* (DHE)[7] (Zhang, 2019; Escher, 2022). Sendo as duas primeiras controladas diretamente pelo Estado chinês, as DHE atuam também de forma bastante integrada aos objetivos estatais mais amplos, o que destaca a direta participação do poder público no setor. Em conjunto com esses modelos produtivos estão as pequenas empresas privadas e cooperativas especializadas, que incorporam modos de produção menores, com foco no mercado doméstico. Essas, porém, ainda que com base em modos capitalistas de produção – emprego de novas tecnologias, produção extensiva e mão de obra assalariada – são entendidas como subjugadas aos modelos oligopolistas de produção (Escher, 2022).

Em relação à acumulação de capital por parte das empresas nacionais chinesas – estatais ou não – nota-se um fortalecimento destas ao longo do século XXI. Mesmo com a existência de multinacionais do setor no país, como a Nestlé, PepsiCo, Unilever e Danone, as empresas locais se sobressaem tanto na produção como na comercialização de alimentos, a citar a soberania chinesa também nas redes de varejo (Hoonstra, 2024). Nesse sentido, nota-se um duplo movimento a partir da liberalização dos mercados agrícolas chineses, já que, se por um lado este favoreceu a entrada/atuação de empresas transnacionais ocidentais no país, no início dos anos 2000, por outro lado permitiu também a expansão das parcerias agroalimentares com atores alternativas do sistema agroalimentar, destacadamente Brasil,

[7] As d*ragonhead enterprises* são as “campeãs nacionais” chinesas, empresas apoiadas pelo governo responsáveis por impulsionar setores específicos. No setor agrícola, a WH Group de processamento de carnes e alimentos é uma das DHE chinesas (Zhan, 2022).

Argentina, África do Sul e Indonésia, o que acabou por fortalecer também suas próprias empresas do agronegócio (Zhan, 2022).

Em relação ao consumo alimentar na China, nota-se um impacto positivo do aumento de renda e da classe média do país, que pode ser observado pela queda de mais de 5% do total de sua população em situação de subnutrição entre os biênios de 2004-2006 e 2020-2022. Neste mesmo sentido, apesar do valor médio para uma dieta saudável ter aumentado entre 2017 e 2022, a parcela da população incapaz de acessar esse tipo de alimentação diminuiu, fazendo com que mais chineses tivessem acesso à uma dieta saudável no país (FAO, 2023). Já em relação aos hábitos alimentares, diferentemente do Brasil, as mudanças na China têm sido mais destacadas, com um aumento significativo no consumo de carnes e produtos de origem animal. O consumo de carnes na China cresceu de 16 kg por pessoa em 1990 para 49 kg em 2018 (Escher, 2020), o que aproxima o país ao padrão alimentar tradicionalmente vinculado à países desenvolvidos. Assim, a dieta chinesa passou de uma tradicional divisão de 8:1:1 para uma divisão 4:3:3. Isso significa dizer que, historicamente, o consumo de grãos pela população chinesa ocupava 8 partes do total de sua alimentação; carnes, aves e peixes ocupavam 1 parte; e vegetais e frutas ocupavam também 1 parte. Mais recentemente, os grãos passaram a compor 4 partes do total, com aumento do consumo de carnes (e produtos de origem animal) e frutas e vegetais (Huang, 2011).

No que tange as políticas públicas para o setor, destaca-se a relevância estratégica histórica da alimentação para o país. Devido ao tamanho de sua população, debates entorno da segurança alimentar pautam as políticas chinesas desde períodos anteriores à unificação do país, e apontam para a responsabilidade estatal tanto a nível central quanto à nível regional/provincial. Importa destacar que, devido a estrutura histórica cultural, política e econômica do país, a segurança alimentar sempre esteve muito associada à soberania de grãos – importante alimento nas dietas chinesas. Assim, a principal política ao longo da história recente da China tem sido o Plano de Segurança de Grãos de Médio a Longo Prazo (2008-2020), que tinha como objetivo elevar a taxa de autossuficiência do país para mais de 95%, ou seja, 95% dos grãos consumidos no país deveriam ser produzidos domesticamente (Bertolini et al, 2023; Zhang, 2019). Para isso, o governo central estabeleceu uma série de políticas de incentivo para o aumento da produção interna. Além disso, as políticas para o setor estão conectadas com a estratégia chinesa mais ampla de "*going out*", ou seja, além de adquirir autossuficiência de produtos estratégicos para sua própria população, o governo chinês busca também expandir sua participação no mercado mundial de alimentos, impulsionada principalmente por suas empresas estatais – a exemplo da COFCO[8].

[8] A COFCO é hoje uma das principais processadoras e comercializadoras de soja do mercado internacional, competindo diretamente com o Grupo ABCD, formado por empresas ocidentais tradicionalmente hegemônicas nesta cadeia produtiva (Zhan, 2022; Escher, 2020).

Por fim, ao analisar o papel da China no atual sistema agroalimentar internacional percebe-se um movimento diferente daquele observado no Brasil. Isso porque, apesar do país seguir atuando dentro das normas e instituições estabelecidas pelo regime alimentar ocidental – respeitando negociações a nível da OMC, cooperação com a FAO etc. – nota-se o fortalecimento de um novo polo de poder asiático no setor. Com a ascensão de suas empresas do agronegócio internacionalmente, além da expansão de parcerias e de modelos alternativos de cooperação com países agroexportadores, a China aponta para uma transformação hegemônica no sistema agroalimentar internacional. Além disso, o impacto de sua demanda é entendido como fator-chave para a mudança do comércio internacional de alimentos, onde uma pequena transformação nutricional (aumento do consumo de carnes) é capaz de reordenar complexos agro-industriais inteiros (como é o caso do complexo soja-carne Brasil-China) (Wilkinson, 2023). No que tange as transformações ideacionais da atual ordem, percebe-se ainda um movimento incipiente, liderado principalmente pelos crescentes movimentos sociais defensores de uma alimentação mais saudável e com menor impacto ambiental. Estes, apesar de não representarem ainda mudanças práticas no atual sistema, podem ser entendidos como motores para transformações tecnológicas no setor, onde a China possui significativo potencial (Escher, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente relevância de “novos países agroexportadores” tem chamado atenção para a transformação no atual sistema agroalimentar internacional. Neste sentido, agrupamentos como o BRICS passam a adquirir uma nova importância considerando o papel de seus membros neste setor. Com a defesa de reordenamento da governança global, compreender a inserção dos países do bloco no sistema agroalimentar auxiliam para um melhor entendimento a respeito das transformações deste sistema. Assim, esse *working paper* buscou apresentar resultados parciais sobre o papel do BRICS no novo reordenamento agroalimentar internacional, com foco na análise de Brasil e China.

Sendo ainda uma pesquisa em desenvolvimento, torna-se evidente a necessidade de avanço para conclusões mais robustas sobre o tema. Porém, como resultados parciais percebe-se as divergências do bloco no que tange o sistema agroalimentar internacional, padrão observado também em temas econômicos e de desenvolvimento (Besharati; Esteves, 2015). Conforme explicitado, China e Brasil, mesmo com características intrinsecamente distintas, parecem atuar de forma bastante desconexas no setor agroalimentar. Dentre as principais divergências, destaca-se o papel do Estado na produção agroalimentar, bem como a existência de planos estratégicos a longo prazo para o setor. Ainda que tal desconexão seja latente, percebe-se também uma movimentação a nível sistêmico, guiada principalmente pela

China, do polo de poder hegemônico no sistema internacional. Atuando em parceria – como no complexo soja-carne Brasil-China – os países do BRICS apresentam um grande potencial transformador desta ordem, com a inclusão de novos modelos de cooperação e parcerias paralela às dinâmicas tradicionais do setor – tradicionalmente guiadas por potências ocidentais como Estados Unidos e União Europeia.

Para além do aspecto material, ainda carece uma pesquisa mais profunda a nível do bloco a fim de investigar possíveis transformações ideacionais e institucionais por parte do BRICS. Neste sentido, a pesquisa encontra algumas dificuldades para plena realização de seus objetivos, dificuldades estas relacionadas principalmente ao acesso à informações conforme metodologia estabelecida. Além disso, apesar de ainda estar em desenvolvimento, o presente estudo aponta já para possíveis caminhos a serem seguidos como pesquisas complementares a este. Dentre eles, o avanço mais aprofundado sobre os mecanismos causais estabelecidos em cada um dos países membros poderiam colaborar positivamente para a caracterização do sistema de uma forma mais ampla. Compreendendo a complexidade de cada um dos setores trabalhados – social, econômico e político – e considerando aqui uma análise mais sistêmica, o aprofundamento dos temas surge como possibilidade para desenvolvimentos futuros. Além disso, estudos com foco nos discursos proferidos nas cúpulas do BRICS, investigando de que forma o tema agroalimentar adentra as reuniões do bloco, serviriam de forma bastante interessante para análise do posicionamento do bloco enquanto unidade. Por fim, ainda que pouco possa ser concluído a respeito deste processo de transformações da ordem, reforça-se a ascensão deste tema para o debate internacional contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Adriana; FOLLY, Maiara. O Novo Banco de Desenvolvimento e a institucionalização do BRICS. *In*: BAUMANN, Renato, et. al. **BRICS: Estudos e documentos**. Brasília: FUNAG, 2015, p. 79-214.

BERTOLINI, Andrea Curiacos et al. Segurança alimentar nas políticas estratégicas da China e dos Estados Unidos: aportes para o Brasil. **Revista Tempo do Mundo**, n. 31, p. 319-343, 2023.

BESHARATI, Neissan; ESTEVES, Paulo. Os BRICS, a cooperação sul-sul e o campo da cooperação para o desenvolvimento internacional. **Contexto Internacional,** v. 37, p. 289-330, 2015.

BRASIL. **ComexVis,** 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CHIN, Gregory. The State of the Art: Trends in the Study of the BRICS and Multilateral Organizations. In: LESAGE, Dries; VAN DE GRAAF, Thijs (Eds.), **Rising Powers and Multilateral Institutions**. Basingstoke/New York: Palgrave Macmillan, p. 19-41, 2015.

CHINA. **China Statistical Yearbook 2023**. China: China Statistical Press, 2023. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2023/indexeh.htm>. Acesso em: 29 out. 2024.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium - Journal of International Studies,** v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

COX, Robert. Production, the State and Change in World Order. In: CZEMPIEL, Ernst-Otto; ROSENAU, James (eds). **Global Changes and Theoretical Challenges:** Approaches to World Politics for the 1990s. Toronto: Lexington Books, p. 37-50, 1989.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]. Editora da UFRGS, 2012.

ESCHER, Fabiano. **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China e no Brasil:** uma análise institucional comparativa. Curitiba: Appris, 2020.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 656-678, 2019.

FAO (Food and Agriculture Organization). **The state of food security and nutrition in the world.** Roma: FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2023.

FAO (Food and Agriculture Organization) – FAOSTAT. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#compare>. Acesso: 24 de mar. 2024.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

GOODMAN, David E.; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 5, n. 4, p. 504-530, 1985.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isoppo. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, 2023.

HOPEWELL, Kristen. New Protagonists in Global Economic Governance: Brazilian Agribusiness at the WTO. **New Political Economy**, 2013.

HOONSTRA, Harm. List of the Top Foreign Companies in China. **MSA**, 11 out. 2024. Disponível em: <https://msadvisory.com/list-of-foreign-companies-operating-in-china/#:~:text=Nestl%C3%A9%2C%20the%20Swiss%20food%20and,strong%20brand%20in%20the%20country.>. Acesso em: 04 nov. 2024.

HUANG, Philip CC. China's new-age small farms and their vertical integration: agribusiness or co-ops?. **Modern China**, v. 37, n. 2, p. 107-134, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018:** análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de

Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101742>. Acesso em: 22 out. 2024.

MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the ‘world food crisis’. **Agriculture and human values**, v. 26, p. 281-295, 2009.

MEDINA, Gabriel. Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 1, 2021.

MORTON, Adam David. Hegemony and World Order: Neo-Gramscian Perspectives and the Global Political Economy. In: _____. **Unravelling Gramsci:** Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy. Londres: Pluto Press, capítulo 5, p. 111-136, 2007.

NUNES, João. Para que serve a teoria das Relações Internacionais? **Relações Internacionais,** n. 36, 2012, p. 11-22.

RAMOS, Leonardo. Ordem e poder na economia política global: a contribuição neogramsciana. **Contexto Internacional**, v. 34, p. 113-150, 2012.

RAMOS, Leonardo, et al. Adensamento institucional e outreach: um breve balanço do BRICS. **Carta Internacional**, v. 13, n. 3, 2018.

ROSE, Nicholas; LOURIVAL, Izo. Hegemony, Counter-Hegemony and Food Systems Literacy: Transforming the Global Industrial Food System. **Australian Journal of Environmental Education**, v. 35, p. 110–122, 2019.

WILKINSON, John; GOODMAN, David. Les analyses en termes de “food regime”: une relecture. In: ALLAIRA, G; DAVIRON, B. (Eds.). **Transformation agricoles et agroalimentaires: entre écologie et capitalisme.** [sl]: Quae. Capítulo 16, p. 275-290, 2017.

WILKINSON, John. **O mundo dos alimentos em transformação**. Editora Appris, 2023.

WTO (World Trade Organization). **World Trade in agricultural products**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/ag_imp_exp_charts_e.htm>. Acesso em: 26 mar. de 2024.

ZHAN, Shaohua. **China and Global Food Security.** Cambridge University Press, 2022

ZHANG, Hangzhou. **Securing the “rice bowl”**: China and global food security. Singapura: Palgrave Macmillan, 2019.